

REVISITANDO UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO: A CARTA PASTORAL DO BISPO CASALDÁLIGA EM JORNAIS DE 1970

Águeda Aparecida da Cruz Borges¹

Resumo: Neste texto, analiso recortes de Jornais do final da década de 70, que publicaram sobre a Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT. Sob os fundamentos da Análise de Discurso de base materialista, observo como significa a relação dos sujeitos da/na Amazônia com a terra e o trabalho. No movimento, constato que a linguagem é, de fato, uma armadilha para contrariar os que acreditam na transparência, na neutralidade, na imparcialidade jornalística.

Palavras-Chave: Discurso jornalístico. Carta Pastoral. Casaldáliga. Terra/trabalho.

Abstract: In this paper, I analyze clippings from newspapers of the late 70s, who published on the Pastoral Letter of Pedro Casaldáliga, retired bishop of the Prelature of São Félix do Araguaia-MT. Under the foundations of discourse analysis materialistic basis, watch as means the ratio of the subject / Amazon with land and labor. In the motion, I realize that the language is in fact a trap to counter those who believe in transparency, neutrality, impartiality in news.

Keywords: journalistic discourse. Pastoral Letter. Casaldáliga. Land / labor.

¹ Prof.^a Dr.^a em Linguística no Curso de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Campus Universitário do Araguaia, da Universidade Federal de Mato Grosso-(LET/ICHS/CUA/UFMT). E-mail: guidabcruz@hotmail.com.

*Eu compro Trabalho. Eu
Eu vendo meus braços,
Por ora
Eu pago.
Eu vendo, por ora, o calo...
Ou já calo menos...
E já estou falando!*
(Pedro Casaldáliga)

Sob os pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, ampliada no Brasil, me propus a elaborar este texto, recuperando alguns materiais significativos que trabalhei, ou deixei de trabalhar, por ocasião da pesquisa de mestrado, a qual se pautou em publicações de diversos jornais brasileiros, sobre a Carta Pastoral (CP) intitulada: “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, um documento de 123 páginas, escrito pelo, na época, bispo D. Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, hoje, bispo emérito. A CP que foi divulgada em 09 de novembro de 1971. O acontecimento denunciava as injustiças sofridas pelos posseiros, índios, peões, provocadas pelas grandes empresas que estavam, naquelas condições de produção, se estabelecendo na região, através de incentivos fiscais, em projetos aprovados pela SUDAM.

De lá, até então, ampliei a pesquisa, recortei outros materiais para análise, mas tive o desejo de revisitar o “corpus” construído de recortes de vários jornais, guardados no arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Não porque tenho a ilusão de buscar origens, ou soluções, para a questão da posse/apropriação da terra, ainda hoje, principalmente, na Amazônia. O que me impulsionou foi o objetivo de retomar essa questão com o propósito de elucidar as práticas discursivas de um ciclo de vida: o da minha vida, que compreende a minha relação com o Araguaia, com a Amazônia, com a terra e com o D. Pedro, sob gestos de análise, de leitura, de interpretação que exorcizam a memória de dezoito anos de convivência e luta.

A “nossa própria história” conta que a década de 70 ficou marcada pelo mandonismo, carrancismo, militarismo e muitos outros “ismos” provindos da reprodução das formas de dominação, cujas raízes se perdem no tempo do Brasil Colônia.

A região, chamada nos projetos do Estado de *Amazônia Legal*, sofreu todo o enfrentamento de uma das vanguardas da poderosa aliança política costurada pela ditadura, desde o seu início, a qual através dos incentivos fiscais, colocou num mesmo projeto nacional, os militares, os grandes proprietários de terra e o grande capital. Essa aliança selou o destino político do país e definiu os limites e possibilidades da ação daqueles que dela ficaram excluídos. Os autores dessa aliança e os que foram por ela beneficiados acreditavam que o Brasil e, particularmente, a Amazônia eram uma terra de ninguém, *um vazio político-geográfico a ser ocupado pela prepotência e pela vaca*².

A concentração da terra, a miséria extrema, a riqueza em demasia são características marcantes da realidade brasileira, historicamente. Não é de se admirar toda a luta que vem se travando, há anos, em prol da Reforma Agrária, de uma política agrícola que resida na distribuição equitativa da terra e impeça os conflitos que tocam a vida dos sujeitos na luta por ela.

A propriedade da terra é assunto de debate, ainda, como o foi desde o “descobrimento”. Disse Orlandi (1990) que *Terra a Vista!*, título de um de seus livros, foi a primeira fala sobre o Brasil e que, de certa forma, já marca a história da apropriação.

² Nas denúncias feitas pelo bispo D. Pedro na CP menciona-se *a política da pata do boi*, como mecanismo de ocupação e apropriação da terra; o mesmo processo é referido como *ocupação pela prepotência e pela vaca* pelo sociólogo José de Souza Martins; a nomeação *vazio geográfico* utilizada para referir à Amazônia Legal é encontrada nos enunciados que compõem *o corpus*, como veremos adiante.

Essa luta nasceu, sobretudo, a partir da colonização do país pelos portugueses. Orlandi (*idem*, 125) diz que *o objeto de disputa, desde o início, era a terra, disputa esta, representada sob a forma de colonização.*

Pensando-se a época colonial e ampliando-se, assim, o sentido dessa mesma disputa, podemos tomá-la como aquela que coloca a questão do povoamento e do latifúndio: o povoamento definindo a população e o latifúndio a posse e o modo de administração da terra.

Do ponto de vista do governo, trata-se da reorganização geral do território brasileiro - progresso da nação – possibilidades de transformação social e democratização do país.

A terra acabou se transformando nessa questão que continua resistente, embora em meio a fracassos econômicos de tantas empresas latifundiárias, da integração capitalista e das multinacionais.

Alternando conflitos de toda natureza, o território brasileiro foi sendo definido arbitrariamente, primeiro com a formação das sesmarias; até que em meados do século XIX a estrutura de propriedade ganhou uma formulação jurídica básica com a chamada independência. Algum tempo mais tarde para evitar a “fuga de braços”, ou seja, com a também chamada abolição da escravatura, surgiu a Lei de Terras, que definiu um princípio: legalmente, o acesso a terra passaria a se dar por doação da Coroa ou por processos de compra e venda. Depois foi o Estatuto da Terra que gerou o texto de Reforma Agrária, sublinhemos: o texto.

A região amazônica serviu de palco dos conflitos pela posse da terra, principalmente, na década de 70, quando o Governo Federal através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), *autarquia responsável pela aplicação dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, em projetos de desenvolvimento da região, lançou o Programa de Integração da*

Amazônia (PIN), que tinha como objetivo a ocupação dos espaços vazios da Amazônia, com a transferência de excedentes populacionais do Nordeste.

Além dos que deslocaram do Nordeste, brasileiros dos mais diversos lugares do país, foram para ali em busca de terra para trabalhar. “Vim atrás de **terra pra plantá**. Terra de posseiro tem de ser perto de rio ou córrego. (...) Vim amansá **esses gerais**, pra fazenda dispois se dizê dona”. (Domingão, In: MACRUZ, F., p.1983).

A Igreja Católica elaborava, simultaneamente, o *Plano Pastoral para a Amazônia* (PPA), naquele espaço, filiada à Teologia da Libertação e já estabelecida em Prelazia, sob a coordenação do já referido Bispo D. Pedro Casaldáliga, que na CP a situa:

Esta Prelazia de São Félix do Araguaia, bem no coração do Brasil, abrange uns 150.000Km², dentro da Amazônia Legal, no nordeste do Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal em Goiás. Está encravada entre os rios Araguaia e Xingu e lhe faz como espinha dorsal, de sul a norte, a serra do Roncador.

Segundo uma reportagem veiculada na *Revista Veja*, nº 167, de 17-11- 1971, o Plano, acima mencionado, é um dos maiores e mais ousados Planos de evangelização e promoção humana já elaborados pela Igreja no Brasil, desde que os primeiros sacerdotes aqui desembarcaram com os colonizadores portugueses.

O próprio Papa Paulo VI, atendendo aos apelos dos bispos brasileiros, para incentivar o Plano Pastoral, enviou uma mensagem aos católicos do Brasil, sintetizada numa frase própria do discurso religioso, colada ao poder divino, que se tornou slogan, na época: *Cristo aponta para a Amazônia*.

Essas colocações iniciais servem ao propósito de contextualizar o leitor e também são para fazer entender o percurso que traçamos para iluminar os nossos gestos de análise ao tomarmos alguns recortes de jornais que

publicaram a CP, um acontecimento que encontrou enorme repercussão em todo o Brasil e, até mesmo, internacionalmente.

Compreender o funcionamento da CP como acontecimento discursivo que funda a possibilidade de novos sentidos sobre a questão da terra, a constituição da propriedade no Brasil e apreender esse acontecimento nos efeitos de reformulação e polêmica, que ela provocou na imprensa nos leva a identificar nos recortes de jornais a discursividade que imprime o verbo trabalhar na relação com os sujeitos e com a terra.

No sentido de verificar o funcionamento discursivo relativo ao processo de reescritura do verbo **trabalhar**, do enunciado fundador: “Terra para quem nela trabalha”, da Campanha da Fraternidade de 1986, tomado como referência para a análise, passamos aos procedimentos analíticos do material, a partir do título da Carta Pastoral: “*Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*”, que deixa pressuposta a situação da Amazônia, ao asseverar, pelo sentido que traz o verbo **haver**, que: “*Há Marginalização social e Exploração Latifundiária em MT*”, e assim comenta os fatos:

(SD1) “[...] A situação dos antigos donos, primeiros povoadores daqueles rincões, os índios ali radicados é pelo denunciante taxada de **espoliação brutal** pelos **novos chefes** que **ali** tomam conta de **tudo**, após **tudo** comprarem por uma **tutaméia** e exibirem o **título** de posse. (*O Lutador, de Manhumirim-MG, 05-12-71*)

A TERRA funciona discursivamente, no quadro do desenvolvimento do modo capitalista, como mercadoria, significando, que sua obtenção está subordinada à compra e venda. É interessante perceber, na construção da SD1, que o efeito de sentido produzido pelo pronome indefinido **tudo**, além do sentido de TERRA como mercadoria/negócio nos move a interpretar daí outros sentidos, inclui-se neste pronome não só a terra como, também, os animais, todas as riquezas naturais e, inclusive, os **antigos donos, os primeiros**

povoadores, os índios que ali estão radicados. Sendo assim, os **novos chefes**, i.e., os que compram, se apropriam de **tudo** mesmo, TERRA e SUJEITO.

De modo que ao tomarem conta de **tudo**, subordinam os que **estão na terra ao trabalho** forçado: **espoliação brutal**.

É importante refletir, ainda neste ponto, que em oposição aos **novos chefes**, pelo funcionamento da língua, existiram os **antigos chefes** e que essa oposição não equivale a **antigos donos** como está materializado na sequência em pauta, pois o que fica subentendido é que aqueles que são designados **antigos donos** não podem, por exemplo, ser os portugueses, mas os indígenas.

Dando continuidade ao procedimento de análise, é possível inferir que os **novos chefes** ao comprarem a terra passam a ser proprietários e, conseqüentemente, se posicionam no comando nas relações de **trabalho**.

Ainda, a locução **antigos donos** é destinada aos índios porque eles eram os verdadeiros **donos daqueles rincões, eram** os da Amazônia e que seguindo o caminho que vimos traçando, passam a fazer parte dos que **estão** na Amazônia, isto é, podem a qualquer momento ser removidos dali, somados ao sertanejo, posseiro, peão que no processo de tomada de posse da terra ficam excluídos, são **espoliados** como pode ser conferido na (SD1).

Observemos a próxima sequência:

(SD2) As empreiteiras é que **esmagam, subempregam homens** para o desmatamento nas grandes fazendas, **mas** não podemos fazer nada porque se a política fica de um lado é chamada de subversiva e se permanece de outro é considerada vendida. Diz o governador José Fragelli. (*Jornal O Globo, 16/11/71*).

Esse é o funcionamento da ideologia capitalista que interpela o indivíduo em “homens livres para o trabalho” ou em sujeito do seu discurso (esquecimento 1 em PÊCHEUX, 1997), observando-se como a ideologia fornece a cada sujeito sua realidade enquanto sistema de evidências e de significações percebidas, aceitas e experimentadas. Os sentidos de que a

TERRA vai sendo apropriada pela força, por meio da lei do mais forte, por diferentes artifícios “legais” vão se estabelecendo. É importante observar que as sequências **1** e **2** dizem sobre o mesmo diferente, ou seja, do modo bruto como vai se constituindo a estrutura da propriedade no/pelo discurso, demonstrando que o que a sustenta é a **força de trabalho** de quem não a possui, como podemos conferir na sequência que tomamos como paráfrase:

É interessante atentarmos para a forma como é construída a (SD2). Se de um modo o governador admite que há **esmagamento, subemprego** na construção das grandes fazendas, de outro modo, pela operação que faz na argumentação, através do uso do **mas**, percebemos que há uma tentativa de apagamento da **forma de trabalho** que é apresentada no recorte.

O processo de relações sociais e de trabalho é atravessado pelo discurso, que encontra na palavra a sua forma mais complexa de materialização. Vemos que as palavras testemunham a história, e em cada momento na dinâmica da vida vão se estabelecendo novas palavras ou as já existentes ganham novos significados.

De modo a fortalecer a análise ampliamos a paráfrase na SD3:

(SD3) Comentando esses problemas com um fazendeiro que tem fama de ser **menos desonesto** do que os outros, eu lhe dizia” também não adianta abrir grandes estradas ou fazendas, se é a custa da vida dos pobres sobre as ossadas dos peões”. Ele me respondeu: **É, sempre foi assim na história.** [...] Há posseiros que moram em uma área e a **trabalham dentro de suas possibilidades mínimas, por muitos e muitos anos.** As companhias, fazendas chegam e em menos de dois, três anos tomam a terra pela força do dinheiro ou por conchavos políticos. Sem indenizar. [...] os próprios índios foram literalmente expulsos em vários pontos da região pela invasão das fazendas latifundiárias. É conhecida em todo o país a **condição mais ou menos fraudulenta da propriedade de muitas terras no MT.** (*Jornal do Brasil, 10-11-71*).

Na predicação constituída por um advérbio e um adjetivo: **menos desonesto**, atribuída a um fazendeiro, averiguamos que esse tratamento deixa

algo externo ao enunciado, ou seja, essa colocação pressupõe que **fazendeiros** em geral são desonestos, ainda que não esteja na ordem da língua é possível reconhecer essa característica do **fazendeiro**, pelo funcionamento discursivo, que se dá na ordem da história e se estabelece no interdiscurso. Paul Henry (1985) “disse que os discursos estabelecem uma história que não se define pela cronologia, nem por seus acidentes, nem é tampouco evolução, mas produção de sentidos”.

Também chama-nos a atenção o modo como é designada a condição da propriedade no país: **mais ou menos fraudulenta**, ora, deveria ser ou não fraudulenta, pois, não costumamos dizer se houve mais fraude ou menos fraude, analisamos o caso como uma forma de apagamento do real, pois ao se dizer assim instaura-se a ilusão de que a fraude pode ser amena, menor.

Verifiquemos que o **mas** não aparece na formulação da (SD3), no entanto isso não impossibilita que esse operador argumentativo, mesmo ausente, signifique apagando o **trabalho** do posseiro: **trabalham dentro de suas possibilidades mínimas, por muitos e muitos anos**. O complemento modal: **dentro de suas possibilidades**, estreitado, mais ainda, pela restrição **mínimas**, opera contrariando os propósitos dos fazendeiros, para quem o **trabalho** significa grandes empreendimentos, como já tivemos oportunidade de mostrar.

Por aí compreendemos o porquê da ironia posta na determinação: **multidão densa e laboriosa**.

(SD4) **Os empreendimentos na região têm que ser muito grandes para render**. “Nunca houve condições de sobrevivência para o pequeno proprietário que produzia, mas não podia vender porque não tinha como nem por onde. (O Estado de São Paulo, da Sucursal do RJ).

Assim, o que fica entendido nessa discursividade é que ao fazendeiro interessa a produtividade, *terra=renda*, e que significa diferente de *terra =trabalho*, para o posseiro.

No lugar de analista dos fenômenos da linguagem em funcionamento, vimos observando no deslize dos sentidos das designações, que *terra* é retalhada em sentidos diversos e em relações contraditórias para a exclusão da gente que não possui dinheiro/terra e conseqüentemente vive/sobrevive em busca de um lugar próprio, mas não consegue um pedaço de terra para plantar, ou seja, para **trabalhar**.

Como materializado em um dos recortes “[...] **prospera-se o coronelismo que exerce seu poder hereditário, formando oligarquias, domínio absoluto.**”

O domínio sobre a TERRA, que se deu na era colonial, atravessa o tempo Império/República e finca raízes no quadro brasileiro atual, nas bases da **dominação, exploração**.

A disputa pelos sentidos da ocupação da terra segue duas vertentes básicas: uma que fundamenta a propriedade capitalista, a qual se dá a partir do discurso que mobiliza os sentidos de **TERRA enquanto área, mercadoria**, que possibilita o jogo entre **compra e venda** e conseqüentemente o acúmulo da terra e com isso a **compra do trabalho**, uma vez que pessoas dos mais diversos lugares do país (**migrantes, posseiros**) deslocam-se para a Amazônia em *busca de terra para trabalhar*. A segunda vertente se instaura numa relação ao contrário, ou seja, o **posseiro** não concebe a terra como **negócio, propriedade**, pois ser proprietário da terra é longe do alcance, desse modo a terra é o lugar da possibilidade do **trabalho**, da sobrevivência e, inclusive, da liberdade.

Pelo fato de ter convivido muito tempo em meio aos posseiros na região do Araguaia, ouvimos, por diversas vezes, principalmente de um senhor,

já na época, bem idoso, o Sr. Antônio Cícero, que para eles a **terra era a liberdade**, a possibilidade de trabalhar livremente, *sem a peia do patrão*, e isso era sua riqueza.

Um posseiro, de fato, depois que faz a limpeza de uma área para plantar, não abre mão dela, porque ali está o seu **trabalho**. O dinheiro e o acúmulo de terra não importam, mas sim, a comida. Ser pobre é não ter o que comer. Por isso designam o fazendeiro, latifundiário por **tubarão “besta fera”** porque a “**besta fera**”, figura do diabo no Antigo Testamento, significa para o **posseiro** o efeito do capital.

Portanto, o discurso que produz os efeitos de TERRA/mercadoria - **compra e venda** - oposto àquele que significa TERRA/trabalho - **busca de terra para trabalhar** - produz uma diferença significativa em relação às formas de apropriação da terra.

A memória insiste em mobilizar questões passadas e que re-significam agora, quando lemos, relemos os recortes de jornais, que selecionamos e vamos percebendo que ao contrário da visão de **trabalho** para o Sr. Cícero, que é igual a **liberdade**, nas seqüências abaixo, aparece como **exploração, espoliação, escravidão...**, ou como **questão irregular**, segundo as leis trabalhistas, como pode ser conferido no recorte que segue.

(SD5) Pistoleiros e elementos armados ali fustigam **os peões e trabalhadores**, cometendo **barbaridades** para que não fujam, é muita **exploração e desumanidade**”, registra a denúncia. (*O lutador, Manhumirim, M.G., 05-12-71*).

(SD6) Uma das preocupações dos religiosos é a **questão trabalhista irregular e quase sempre espoliativa** a que **submetem os trabalhadores** da região. (*O Estado de São Paulo, 12-11-71*).

(SD7) As **condições de trabalho** - denuncia o documento - são **as mais precárias possíveis**. Na Codeara muitos tiveram que trabalhar com a água pela cintura. A incidência de malária é espantosa, na Codeara, Brasil Novo Tamacavy, poucos saem sem tê-la contraído. Até as amostras grátis de medicamentos são

vendidas. Neste **trabalho** onde já **morreram milhares** encontram-se menores de 13,14 anos. **Não há contratos de trabalho**, tudo fica em simples combinação oral com os empreiteiros. Ao que consta, **bem poucos peões recebem salários. Recebem unicamente vales, que é uma forma de prender o peão até acabar o trabalho.** (*O Jornal, Rio de Janeiro. 12-11-71*).

(SD8) [...] no Pará foram libertados ontem, **mais de 150 trabalhadores** que eram mantidos em **regime de escravidão**, na fazenda Maciel II, em São Felix do Xingu. **Cerca de dez trabalhadores** estão com malária outro caiu de uma árvore e quebrou o pé, **mas** há três dias não recebe qualquer atendimento médico. (*Correio Popular de Campinas, 18-03-99*).

(SD9) Este é o terceiro ano que o MST realiza **manifestações** do governo para a reforma agrária, e também buscar uma luz no fim do túnel para **milhares de trabalhadores**, que vão poder ocupar **um pedaço de terra onde trabalhar e viver dignamente.** ([Http://www.terra.com.br/brasil/2000/04/30/076.htm](http://www.terra.com.br/brasil/2000/04/30/076.htm)).

Há um elemento saliente no recorte de sequências discursivas que nos faz considerá-las como um processo de reescritura, que é a relação apresentada entre **trabalhadores e trabalho.**

Apesar de enunciarem o mesmo, ou seja, que há uma relação de **exploração sobre os trabalhadores**, e a princípio entendermos como se a inscrição se desse em uma determinada Formação Discursiva, é importante notar que os jornais trazem marcas linguísticas que produzem a mudança dessa relação e a dispersão de sentidos.

Pêcheux (1997, p. 160) disse que as palavras “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”, a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido e que lhe é próprio dissimular a objetividade material da palavra, a qual reside no fato de que “algo fala” antes sob a dominação do complexo das formações ideológicas. Disto decorre que o capitalismo produz uma diversidade de estratégias para manter a dominação e o processo de alienação do sujeito em relação ao trabalho, aos outros sujeitos e em relação a si mesmo.

Na sequência **SD6** o jornal repete a letra da CP e define como **exploração e desumanidade** o tratamento ao **trabalhador**, o que subtrai a possibilidade para outro gesto de interpretação.

Ainda em **SD6**, se os pistoleiros fustigam os **trabalhadores** para que não fujam, é sinal de que as **barbaridades** procedem e que o **trabalho** aí significa **prisão**. O funcionamento do verbo **fugir** desperta sentidos contrários, ou seja, quem foge busca a liberdade.

Entendemos, no movimento das análises que houve um deslocamento das designações: **posseiro/terra/liberdade para trabalhadores/terra/prisão** e que isso faz muita diferença.

Consideramos que o Jornal O Lutador, de Manhumirim, MG, na reprodução da CP, se inscreve numa posição favorável à denúncia pela determinação: **é muita exploração e desumanidade**, em discurso direto.

Na formulação da sequência **SD7**, de início percebemos que o recorte está em discurso indireto e que apesar de colocar que a **questão trabalhista irregular** é uma preocupação dos religiosos, não determina que o **trabalho é espoliativo**, pois o operador **quase sempre**, ainda que direcione para **na maioria das vezes**, causa um amortecimento na enunciação. Ainda que essa forma de dizer cause a impressão da imparcialidade jornalística, é por ela que podemos constatar que *O Jornal O Estado de São Paulo*, por exemplo, não é favorável à denúncia feita na CP

A sequência **SD8** é organizada em discurso direto e heterogeneidade mostrada e reformula, sem polemizar, o conteúdo da CP, funciona assim no sentido de reproduzir e promover o consenso em relação à determinação: **condições precárias de trabalho** na região amazônica. As características do *O Jornal* do RJ não diferem das do *O Lutador*, de Manhumirim, MG, no entanto entendemos que ele enuncia de uma posição em favor da CP.

Até aqui analisamos sequências que, ou reproduziram ou polemizaram a CP em 1971.

O que nos chama a atenção nas sequências **SD8** e **SD9** é o fato de que ainda que as notícias não sejam diretamente sobre a CP, e que sejam bem mais recentes, o processo discursivo nos parece semelhante, ressaltando uma diferença na designação, ou seja, os sentidos da designação **posseiro** deslocam para **trabalhador**, mas não possui terra nem trabalho, ou se trabalha a situação é irregular.

Em relação ao **trabalho**, na formulação da sequência é como **prisão** que ele aparece, se interpretamos **escravidão** no sentido de **prisão**.

A **SD9** retoma questões que fizeram parte do discurso sobre a questão da terra, provocadas pela publicação da CP, com pequenos deslocamentos que, no nosso parecer, são efeitos das condições de produção atuais. Há efeitos de sentidos diferentes entre dizer: **buscar um pedaço de terra para trabalhar** em e **poder ocupar um pedaço de terra onde trabalhar**. Compreendemos que **buscar** implica numa continuidade, bem própria da condição do posseiro, que trabalha hoje aqui, amanhã acolá, enquanto que **poder ocupar**, nas condições de produção recentes significa ter a segurança de um lugar próprio, do modo como luta o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

É importante acrescentar que o fato do MST ser uma organização legalizada produz a diferença no discurso. Por isso, **buscar** significa diferente de **poder ocupar** e, em consequência, aponta os sentidos de **terra para trabalhar** para um lugar provisório e **terra onde trabalhar** para um lugar fixo, seguro, legalizado.

Verificar que os sentidos da CP re-significam, no discurso do MST, mostra, que a CP é fundante.

É por aí que os conceitos esbarram na vida e a vida explode em conflitos. TERRA, HOMEM, TRABALHO passam pelos processos

discursivos da linguagem e marcam o nosso entendimento sobre a desigualdade nessa sociedade, que apagam essas relações entre HOMEM -” **Todos são iguais perante a lei**” - TERRA - “**a democracia garante a qualquer um ter suas terras, minifúndios ou latifúndios**” -TRABALHO – “**a todos são atribuídos direitos e deveres iguais**”, “**Trabalho é dignidade**”, “**Trabalho enobrece**” ...e mostrando, mais uma vez, os efeitos do positivismo nessas relações.

É pertinente ainda dizer que as relações de força e as posições que os sujeitos ocupam, quando dizem, já se encontram definidas por determinações institucionais e históricas que estão na base da construção do sistema em que vivemos.

Considerações Finais

Como qualquer outro discurso, o jornalístico é produzido em condições históricas de confrontos ou aproximações que orientam as interpretações realizadas.

O que propusemos como objetivo para esse trabalho pretendia contemplar a compreensão da CP enquanto um *acontecimento discursivo* que fundou a possibilidade de outros (novos sentidos) sobre a questão da terra no que tange à propriedade e o trabalho no Brasil, nos efeitos de reformulação e polêmica que ela provocou na imprensa em 1971.

Pois bem, ao serem reformulados os sentidos da CP, na/pela imprensa, percebemos que há uma tentativa de se manter uma posição em favor da denúncia e preservar a sua essência: *Há marginalização social provocada pelo latifúndio, na Amazônia Legal*, por um lado, porém se considerarmos as sequências que estabeleceram, na sua formulação, uma relação de polêmica com a CP, observamos que os sentidos tomam um rumo contrário, ao que ela enuncia, apagando a sua força de denúncia.

O que não se percebe, pois é ideológico, é o modo como se dá essa produção de sentidos, ou seja, a eficácia ideológica da transparência da informação interfere na produção discursiva dos jornais, que como vimos, se apresentam, muitas vezes, como expressão da realidade para o leitor. Assim, muitas pessoas que concebem a linguagem como transparente estão convencidas da imparcialidade jornalística.

As relações que se dão no caso específico da disputa pela terra são, discursivamente, tensas e origina-se de uma hierarquização que, no nosso modo de interpretar, a partir das análises histórico-linguístico-discursivas é materializada no discurso do jogo das relações de forças provocado pelo capitalismo.

Nos casos em que observamos isso acontece porque nessa sociedade há lugares definidos, autorizados, para se dizer, por exemplo, há o **lugar dos que possuem a terra e o dos que trabalham a terra**, sempre numa relação dialética que não escapa às questões da linguagem.

Nesse processo, também consideramos que, no espaço da disputa pela terra, os conflitos marcados discursivamente pelo confronto de forças entre as pessoas e/ou instituições representam o poder de dominação, próprio das sociedades **que defendem a qualquer custo o capital**.

Em especial, naquilo que analisamos, podemos concluir que a mídia intervém nesse processo através da produção e/ou reprodução de discursos da/sobre a CP, a respeito dos quais se constroem as evidências de que, ainda que se resista, a propriedade é de quem tem o título e isto só é possível juridicamente.

Portanto, é fácil compreender como Mariani (1999) que o jornal é uma das instituições responsáveis, nas sociedades ocidentais, pela formação e difusão de modelos de verdade, assim sendo é preciso atentar às armadilhas

que nos coloca a linguagem e contrariar os que acreditam na transparência, na neutralidade, na imparcialidade jornalística.

Referências

- AUTHIER-RÉVUZ, J. **Palavras Incertas**. Campinas Editora da Unicamp, 1998.
- BARTHES, R. (1978) **A aula**. São Paulo, Cultrix, 1997.
- BENJAMIN, C. (Org.). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- BOFF, L. “Teologia da Libertação: o grito articulado do Oprimido”. In: **O caminhar da Igreja com os oprimidos**. Vozes, s/d.
- Cadernos de Estudos Lingüísticos, 19. O discurso e suas análises**. Campinas, IEL/UNICAMP, 1990.
- CASALDÁLIGA, P. **Cantigas Menores**, Goiânia, GO. PROJORNAL, 1979.
- DINES, A.; VOGT, C.; MELO, J. M. (Orgs). **A imprensa em Questão**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.
- GUIMARÃES, E. & TARALLO, F. **Vozes e Contrastes: discurso na cidade e no campo**, São Paulo, Cortez, 1989.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**, Porto Alegre, RS, Editora Sagra Luzzatto 1999.
- LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas, Pontes, 1988.
- LAGE, N. **Linguagem jornalística**. São Paulo, Ática, 1990.
- MACRUZ, F. **Folclore de peões e posseiros em luta pela sobrevivência**. Escola de Folclore, SP, 1983.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências da análise do discurso**. Campinas, Pontes, 1990.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O PCB e a Imprensa: As conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989**. Campinas, SP. Ed. Da Unicamp, RJ, Ed. Revan, 1998.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1986.

ORLANDI, E. P. “O estatuto do liberal e a reforma da terra”. In: **Religião e sociedade**, 12/3, 1983.

_____. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. SP, Brasiliense, 1988.

_____. “A incompletude do sujeito. E quando o outro somos nós?” In: LANE, Silvia T. M. (apres.) **Sujeito e Texto**. S.P., Série Cadernos PVC – 31, Educ, 1988: 9-16.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. “Um Sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro”, In: **Sociedade e Linguagem**, Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. (Org.) **Discurso Fundador. A formação do país e a construção do país e a identidade nacional**. Campinas, Pontes, 1993.

_____. **A leitura e os leitores**. Campinas, Pontes, 1998.

PÊCHEUX, M. (1969) “Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso, uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1990.

_____. (1975) **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

_____.(1982) “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de Leitura, da história no discurso.** Campinas, Ed. da Unicamp, 1994: 55-67.

RUA, 4, Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp NUDECRI – Março 1998.

SILVA, J. G.. **A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio.** Campinas, Ed. Abra, 1996.

SODRÉ, M. **Reinventando @ cultura, a comunicação e seus produtos.** Petrópolis, Vozes. 1998.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Cidadãos Modernos, discurso e representação.** Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

_____. “Camelôs e o direito à cidade”. In: **Anais do 7º Encontro da ANPUR: Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: um desafio ao planejamento.** Recife, MDU/UFPE. 1997 p.1160-1179.

_____. “É o nome que faz fronteira”. In: Indursky, F. (org) *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso.* Porto Alegre, Coleção Ensaio do CPG-Letras/UFRGS,1999.